

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.069 - SP (2018/0231738-6)

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**

**AGRAVANTE : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

**PROCURADORE : MELISSA DI LASCIO SAMPAIO - SP215879**

**S**

**CAMILA KUHL PINTARELLI - SP299036**

**RICARDO GOUVEA GUASCO E OUTRO(S) - SP248619**

**AGRAVADO : MARIA ANGELA DELFIM CORONA**

**AGRAVADO : LUIZ PAULO DELFIM CORONA**

**AGRAVADO : ROSEMEIRE CABRAL DA SILVA**

**AGRAVADO : ROSEMEIRE CABRAL DA SILVA**

**AGRAVADO : CONSTANTINO MANUEL DA SILVA BARROS DEVESA**

**ADVOGADOS : MÔNICA ROSA GIMENES DE LIMA - SP117078**

**ANTÔNIO MÁRIO PINHEIRO SOBREIRA E OUTRO(S) - SP150047**

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM contra decisão que não admitiu recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 250):

APELAÇÃO - Medida cautelar - Ação cautelar de atentado - Inteligência do disposto nos artigos 879 e seguintes do Código de Processo Civil (art. 77 e seguintes, do NCPC) - Pretendida a suspensão do processo de desapropriação até decisão final nesta presente ação - Violação de área/imóvel antes da efetiva imissão na posse, em ação de desapropriação paralelamente ajuizada - Inovações no estado de fato do imóvel desapropriado — Ocorrência - Irresignação — Descabimento.

Decisão mantida.

Recurso desprovido.

Aclaratórios rejeitados (e-STJ fls. 271/276).

No especial obstaculizado, o ora agravante apontou violação dos seguintes dispositivos legais:

(a) art. 474 do Código de Processo Civil de 1973, porque a Corte de origem não reconheceu a necessidade da realização de remessa necessária, apesar de se tratar da sentença ilíquida;

(b) art. 287 e 461, §§ 2º a 6º, do CPC/1973, sustentando que o valor da multa diária, fixada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), é desproporcional, devendo ser reduzida para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

(c) art. 14, V. c/c os arts. 287 e 461, §§ 2º a 6º, do CPC/1973, defendendo que a aplicação da multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em virtude do descumprimento da decisão proferida nos autos principais, em conjunto com a *astreinte*,

# Superior Tribunal de Justiça

configura *bis in idem*, visto que houve dupla condenação da autarquia pela mesma conduta, – desobediência à determinação judicial de se abster de iniciar as obras no imóvel a ser desapropriado.

Depois de contra-arrazoado, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 298/299).

Na presente irresignação, o agravante alega que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade (e-STJ fls. 301/308).

Contraminuta às e-STJ fls. 311/325. O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Dito isso, o Tribunal de origem, no aresto integrativo, não conheceu das teses sustentadas pela agravante, relativas à remessa necessária, ao excessivo valor da multa diária e à indevida cumulação da pena de atentado com a multa do art. 14, inciso V, do CPC, sob o fundamento de que não foram arguidas no momento oportuno, ocorrendo, pois, a preclusão consumativa, conforme se observa pelo trecho a seguir transcrito (e-STJ fls. 274/275):

Por conseguinte, no que tange ao (i) não conhecimento da remessa necessária, (ii) do excessivo valor da multa diária e (iv) contradição no que tange à cumulação da pena de atentado com a multa do art. 14, inciso V, do CPC, ressalta-se que, em sede de apelo, a parte somente restou consignada irresignações da matéria exclusivamente atreladas ao mérito da questão, propriamente dito, as quais foram devidamente afastadas.

Contudo, nesta fase processual, em sede de embargos de declaração, a parte apresenta irresignações exclusivamente atreladas às questões **acessórias**, mas que restaram inertes quando daquela interposição recursal, consequentemente, sua análise não tem respaldo jurídico ante ao entendimento de que não fora apresentada impugnação específica, em momento oportuno (preclusão lógica e temporal da matéria), haja vista não ser possível a arguição de matéria nova neste momento processual.

Todavia, o fundamento utilizado pelo Colegiado *a quo* não foi impugnado pela agravante, o que inviabiliza o conhecimento do apelo nobre, nos termos da Súmula 283 do STF. Nesse sentido: REsp 1.675.093/SP, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 23/05/2018; AgInt no AREsp 1.466.233/RJ, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, DJe 09/09/2019.

Se não bastasse, o art. 474 do CPC/1973 não tem comando normativo para sustentar a tese defendida de cabimento da remessa necessária, em face da condenação da autarquia em sentença ilíquida, cuja condenação total deve ser superior a 60 salários mínimos. Essa circunstância atrai o óbice estampado na Súmula 284 do STF.

# Superior Tribunal de Justiça

A propósito: AgInt no AREsp 1.253.094/SP, Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 11/09/2019; AgInt no AREsp 1419058/BA, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, DJe 19/09/2019.

Nessa quadra, forçoso convir que os dispositivos apontados como violados não foram efetivamente analisados pelo aresto recorrido, carecendo o apelo nobre do requisito constitucional do prequestionamento. Incide, assim, o óbice da Súmula 211 do STJ.

É verdade que o art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 consagrou o "prequestionamento ficto", o qual prescrever, *in verbis*:

Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Ocorre que esta Corte tem entendido que o acolhimento do prequestionamento ficto de que trata o aludido dispositivo, na via do especial, exige do recorrente a indicação de violação do art. 1.022 do CPC/2015, "para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que, uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (AgInt no AREsp 1.067.275/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, julgado em 03/10/2017, DJe 13/10/2017, e AgInt no REsp 1.631.358/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017), o que não ocorreu, *in casu*

Por fim, cumpre observar que, não obstante o recurso tenha sido interposto também com base na alínea "c" do permissivo constitucional, o recorrente não teceu nenhuma fundamentação que justificasse a sua irresignação, não podendo o apelo, portanto, ser conhecido na espécie, atraindo novamente o referido óbice sumular.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a majoração dessa verba, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator